



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

# MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC 32

## CONTINUA ATÉ O RECESSO DE FIM DE ANO



Comunidade universitária  
luta para barrar adesão da  
UFRJ à Ebserh

Pág. 4 e 5

MPF acusa 8 militares e um  
médico por crimes cometidos  
pela ditadura no Araguaia

Pág. 10 a 13

# Defender a Educação Pública: essa é a nossa escolha para o Brasil

**O**s cortes orçamentários na educação, as intervenções em universidades, institutos e CEFETs, as contrarreformas e a destruição dos serviços públicos têm nos colocado em permanente luta: nas ruas e nas redes. Diante desta conjuntura reforçamos a nossa escolha: DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA por meio de uma campanha nacional contra os cortes, aprovada pela nossa categoria e que agora já conta com diversos materiais e ações para as mobilizações.

A Campanha do ANDES-SN pretende sensibilizar a população para a importância da educação pública no país, assim como para a necessidade de se garantir um orçamento público adequado para o funcionamento das instituições de ensino públicas.

Nas ruas, seguimos com uma intensa agenda de mobilização nos aeroportos, em frente à Câmara dos Deputados e em seus gabinetes no sentido de denunciar a PEC 32 e as consequências da sua aprovação para o conjunto da

classe trabalhadora, que depende de educação, saúde e assistência social. Temos dito que "QUEM VOTA, NÃO VOLTA. E a categoria tem respondido o chamado da permanente mobilização em Brasília e nos estados. Não é hora de arrefecer a luta.

Já no 13º Conad Extraordinário do ANDES-SN a categoria debateu intensamente a conjuntura nacional e internacional e decidiu por realizar um congresso presencial em março de 2021, para atualização do Plano de Lutas, que vai orientar as ações do sindicato no próximo ano. Os (as) docentes presentes ao Conad reafirmaram a importância de reforçar a unidade entre professores (as) e com as demais categorias para barrar a contrarreforma administrativa, os ataques à educação pública, à ciência e tecnologia e derrubar Bolsonaro-Mourão e sua política genocida.

Quanto às conjunturas específicas das universidades, além de acompanharmos a retomada presencial das aulas sem um plano sanitário e educacional

adequados, na UFRJ enfrenta-se a retomada da discussão sobre a adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Criada em 2011 para retirar das universidades federais a autonomia de gestão de seus complexos hospitalares, a Ebserh hoje controla HUs de 35 universidades federais. A comunidade acadêmica da UFRJ segue firme e forte no enfrentamento à essa possível adesão com mobilizações e debates.

Neste InformANDES ainda acompanhamos uma matéria sobre as investigações da Operação Marajoara, que durante a ditadura militar-empresarial no Brasil assassinou militantes políticos na Amazônia e até hoje segue sem responsabilização devida. Trazer à memória esses episódios é reafirmar DITADURA NUNCA MAIS.

Conclamamos a categoria a seguir em luta contra a PEC 32, contra os cortes orçamentários e as intervenções, pois DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA É NOSSA ESCOLHA PARA O BRASIL.



## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

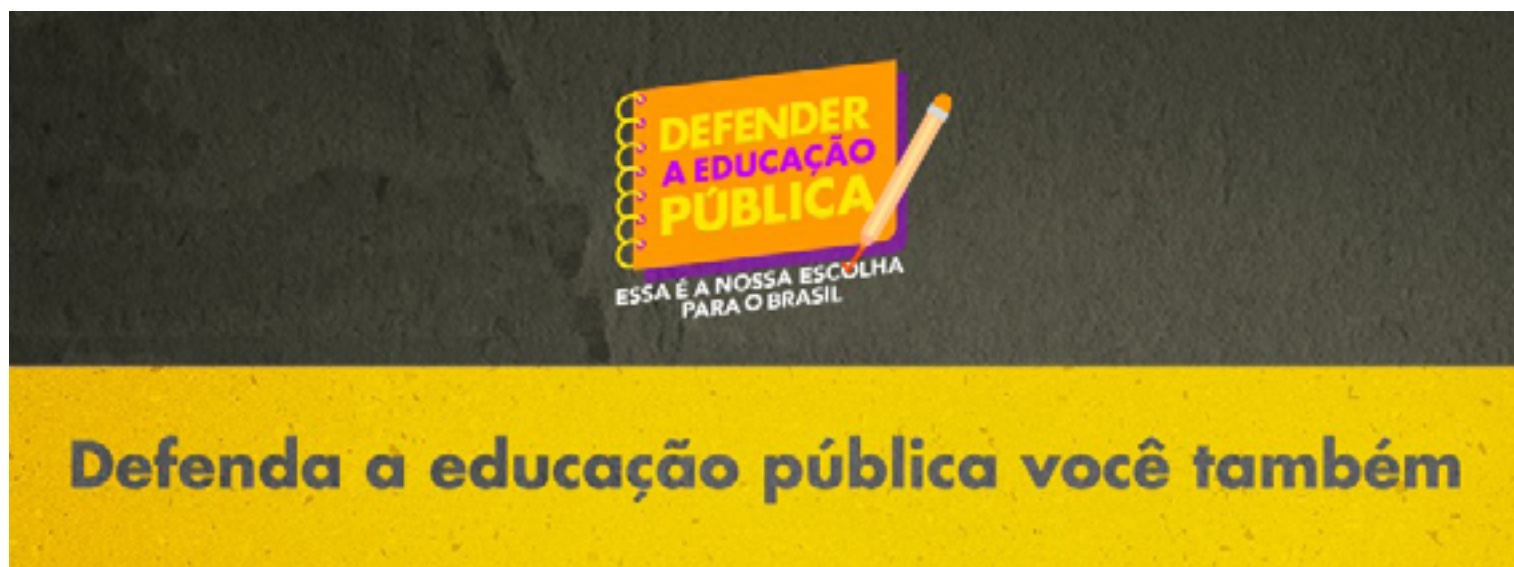
Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

# Campanha em defesa da Educação Pública cobra mais recursos e recomposição orçamentária



“**D**efender a Educação Pública. Essa é a nossa escolha para o Brasil” é o nome da nova campanha do ANDES-SN, que pretende sensibilizar brasileiras e brasileiros para a importância da educação pública para o país, assim como para a necessidade de se garantir um orçamento público adequado para o funcionamento das instituições de ensino públicas. A ação, que é uma deliberação do 11º Conad Extraordinário da entidade, tem como objetivo dialogar com diferentes públicos e ampliar o alcance das pautas do Sindicato Nacional.

O pontapé inicial da campanha ocorreu no dia 23 de setembro com a *live show* das cantoras Ana Cañas e Duda Beat, a participação do poeta Sérgio Vaz e apresentação da cantora Ellen Oléria. Na transmissão ao vivo foram exibidos vídeos sobre a luta por financiamento público para a educação pública. O lançamento contou também com a presença de diretores e diretoras do Sindicato Nacional e representantes de diversas entidades ligadas à Educação Pública.

Além da *live*, o ANDES-SN inaugurou um site que reúne informações sobre a campanha, sobre os cortes orçamentários na Educação Pública - promovidos pelos governos federal, estaduais e municipais - e também sobre a importância da pesquisa e produção de conhecimento nas instituições públicas de ensino.

A campanha conta ainda com perfis nas redes sociais nos quais são

compartilhados conteúdos gráficos e vídeos que denunciam a precarização da educação e convidam a sociedade para lutar em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Fora das redes, foram realizados projeções e grafites retratando o descaso do governo com a educação pública. A nova etapa da campanha contará com a exibição de vídeos com declarações de intelectuais, artistas, políticos e políticas que apoiam a campanha. A campanha ocorre até janeiro de 2022.

Joselene Motta, 1ª vice-presidenta da Regional Norte II do ANDES-SN e da coordenação da campanha, explica que os cortes orçamentários para as universidades públicas, institutos federais e cefets têm sido sucessivos nos últimos 10 anos e o sindicato tem pautado e lutado por mais financiamento público para a educação pública. “Desde 2012, o sindicato pauta e denuncia os cortes orçamentários, que retiram a possibilidade do avanço da pesquisa, do ensino e extensão, como impossibilitam também a ampliação de vagas para a classe trabalhadora, sobretudo, no programa de cotas para estudantes de escolas públicas, negros e negras e populações originárias”, afirma.

A diretora explica que a campanha teve início em uma conjuntura de acirramento dos ataques aos serviços e funcionalismo públicos, como é o caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, de autoria do governo federal, que trata da contrarreforma Administrativa. “A articulação da campanha em defesa

da educação pública com a luta contra a PEC 32 - que incide diretamente na dinâmica e orçamento das instituições de ensino - é a melhor forma de engajar as pessoas na campanha para que elas possam vestir a camisa e aderir de forma espontânea o nosso slogan: ‘Defender a Educação Pública. Essa é a nossa escolha para o Brasil’”, disse.

Joselene ressalta que o desafio nesse momento é ampliar a visibilidade da campanha para outros segmentos da sociedade. “Iremos regionalizar a campanha, juntamente com as seções sindicais, para que elas contribuam com nomes que representam essa luta por mais financiamento público”, disse.

**Acompanhe os vídeos, cards e muito mais no site e nas redes da Campanha:**



[www.eudefendoeducacao.com](http://www.eudefendoeducacao.com)



[/eudefendoeducacaopublica](https://www.facebook.com/eudefendoeducacaopublica)



[@eudefendoeducacaopublica](https://www.instagram.com/eudefendoeducacaopublica)



# Comunidade universitária da UFRJ luta para barrar adesão da universidade à Ebserh



Foto: Movimento para barrar a Ebserh na UFRJ

Dez anos após a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), a Universidade Federal do Rio de Janeiro retomou a discussão sobre a adesão da UFRJ à empresa. Criada em 2011 para retirar das universidades federais a autonomia de gestão de seus complexos hospitalares, a Ebserh hoje controla HUs de 35 universidades federais.

Na UFRJ, a adesão à empresa foi retirada de pauta em 2013, após vários debates entre comunidade acadêmica, que compreendeu que a entrega do Complexo Hospitalar da universidade à empresa não traria qualquer benefício para a instituição. No entanto, a rejeição não chegou a ser votada no Conselho Universitário. E, agora, voltou a ser considerada pela reitoria.

“O que tornou possível à UFRJ conseguir se manter sem a contratualização com a Ebserh foi um esforço coletivo da comunidade da universidade no sentido de conseguir manter as contratações pela via de concursos públicos. Mas também pela atuação junto ao Executivo, Legislativo e ao Ministério Público para que a universidade e seus hospitais recebessem a parte do fundo público para a manutenção desse importante complexo hospitalar”, explica Sara Granemann, docente da UFRJ e que faz parte do Movimento “Barrar a Ebserh na UFRJ”, composto por docentes,

discentes e técnicos e técnicas que estão promovendo diversas ações para impedir a privatização dos HU da universidade.

A docente acrescenta, ainda, que houve articulação da comunidade da UFRJ com os governos do estado e do município do Rio de Janeiro, devido à importância do Complexo para o atendimento à população do estado fluminense, para garantir a manutenção da autonomia de gestão. O Complexo Hospitalar e da Saúde da UFRJ é formado por nove unidades, entre as quais o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, que tem mais de 3.500 profissionais entre docentes, médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras e pessoal administrativo e de apoio, além de 200 residentes e mil estudantes de medicina, entre outros integrantes da comunidade acadêmica hospitalar e da área da Saúde, que é multidisciplinar.

De acordo com Marinalva Oliveira, professora da UFRJ e que também está à frente do movimento “Barrar a Ebserh na UFRJ”, os argumentos para a adesão agora são os mesmos usados em 2012 e 2013, de que os hospitais da UFRJ não funcionarão sem a Ebserh e irão fechar.

“A UFRJ já enfrentou esse quadro outras vezes. Insuficiências, tanto de pessoal e quanto orçamentárias, são temas recorrentes a todos os serviços públicos no país, e as dificuldades atuais dos HUs da UFRJ se referem a cortes de gastos

públicos, que também afetam a Ebserh. Os hospitais da UFRJ têm apresentado bons indicadores de desempenho, apesar de recorrentes cortes de recursos, e com papel importante, principalmente agora na pandemia”, explica.

Segundo Oliveira, há uma exceção entre as unidades do complexo hospitalar da UFRJ que é o Hospital Universitário Clemente Fraga Filho (HUCFF), o qual apresenta problemas estruturais mais graves, que afetam a gestão e para os quais é necessário investimento. No entanto, ela ressalta que essa é uma questão que a adesão à Ebserh não contemplaria, pois a empresa também está com orçamento limitado.

Sara Granemann acrescenta que a saída não pode ser “querer se livrar de parte da UFRJ”. “A saída é encontrar caminhos para fortalecer esses hospitais, para que eles permaneçam no âmbito da Universidade Federal Rio de Janeiro”, afirma. E reforça que as dificuldades de manutenção dos hospitais não são uma criação de uma ou outra reitoria. São problemas reais aprofundados pela Emenda Constitucional 95 e outras formas de contingenciamento e pelas políticas neoliberais de repasse do fundo público ao Capital privado.

“Os orçamentos públicos para as políticas sociais têm sofrido um ajuste fiscal permanente, continuado e de larga duração. Então, é real que as gestões desta universidade e de outras enfrentem severos problemas”, ressalta. Para a docente, a alternativa é construir saídas junto à comunidade acadêmica, às forças progressistas da sociedade brasileira e junto ao parlamento. “Soluções de luta, soluções de posicionamento, soluções de distanciamento deste governo autoritário, pois ceder os hospitais à Ebserh é reforçar a política deste governo”, acrescenta.

Em 2020, a Ebserh foi incluída na lista de empresas públicas passíveis de privatização elaborada pela Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia (SEDDM), coordenada pelo ministro Paulo Guedes. Para Sara Granemann, é incalculável o lucro para o setor privado e o prejuízo para a comunidade universitária e para a população usuária caso isso venha a ocorrer. “Seria um presente de sonhos para os capitais ao constituir a lista de privatização”, aponta.

## O impacto da Ebserh

Quando foi criada, a empresa pública de direito privado foi apresentada como solução para melhorar a gestão administrativa e de recursos dos hospitais universitários e garantir, entre outros, a ampliação de leitos e melhor atendimento à população. No entanto, passados dez anos, os relatos da comunidade acadêmica apresentam outra realidade.

Além de ter se dado de forma truculenta e autoritária em muitas das universidades, a pactuação com a Ebserh não trouxe benefícios para as instituições. Ao contrário, a empresa ampliou a precarização, passou a interferir na autonomia pedagógica, em alguns locais cancelou pesquisas, fechou leitos e passou a reservar vagas para usuários de planos de saúde privados.

“Na Universidade Federal do Maranhão sabe-se que o espaço de prática, de estágio, as salas dos professores para darem aula na no próprio hospital foram muito reduzidas e, para algumas áreas foram suprimidas”, conta Sara Granemann.

## “Barrar a Ebserh na UFRJ”

O Movimento “Barrar a Ebserh na UFRJ” é constituído por docentes, técnicos e estudantes da UFRJ, pelo DCE, por representantes da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro. “Estamos ocupando espaços internos da UFRJ, como as reuniões do Consuni, das congregações, para fazer o debate. O conteúdo do debate tem sido na linha sobre o que é Ebserh e o histórico da luta contra a Ebserh na UFRJ, alertando que, no atual contexto político e econômico, qualquer prática que acene à privatização e que ameace a autonomia universitária deve ser combatida, por ser perigosa”, detalha Marinalva Oliveira.



Foto: UFRJ Divulgação

Além das ações internas na UFRJ, o movimento tem dialogado com a sociedade através de audiências públicas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), na Câmara Municipal do Rio e em outros espaços coletivos, e também nas redes sociais. Em seus perfis no Instagram e no Facebook, o movimento compartilha também depoimentos de docentes, técnicos e técnicas de outras universidades sobre os impactos da adesão de suas instituições à Ebserh (confira no box).

As falas denunciam os vários problemas que essas comunidades vêm enfrentando como, por exemplo,

descumprimento por parte da empresa dos termos acordados nos contratos de gestão, que dizem respeito ao pessoal e às metas de ampliação de infraestrutura.

“A entrega do HUUFMA para a EBSERH representou a ruptura da autonomia universitária e um distanciamento entre as atividades acadêmicas e assistenciais. A experiência tem demonstrado que o Hospital passou a ser apenas mais um cenário de prática, dentre tantos, para os estudantes da universidade”, relata o professor do departamento de Medicina 2 da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Antonio Gonçalves.

## Ebserh na prática

*“Os leitos criados foram investimentos próprios da UFPEL e repassados a Ebserh. Espaços físicos e equipamentos foram adequados e, depois, entregues à empresa. A gestão da EBSERH não elevou os padrões de atendimento; não apresentou qualquer mudança significativa ao atendimento à comunidade e a tarefa formativa de um HU. Quanto à autonomia universitária, é falácia dizer que se mantém, uma vez que a universidade ocupa apenas uma das sete superintendências que compõe a direção da empresa. Os espaços acadêmicos foram reduzidos e as pesquisas agora passam pelo crivo da gestão, interferindo na autonomia das unidades acadêmicas, através de seus professores nos seus espaços deliberativos (departamentos, conselhos departamentais, enfim)”. Celeste Pereira - Professora aposentada da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas.*

*“Quando assumimos a reitoria da Ufal, em 2016, o contrato com a Ebserh já havia sido assinado, Em 2017, houve uma intervenção da Ebserh central no HUPAA, mudando sua superintendência e compondo uma nova gestão, retirando o poder discricionário da reitora de escolher a superintendente. Lutamos juridicamente e politicamente*

*para recuperar o que já estava previsto contratualmente e vencemos. A Ebserh não trouxe novos recursos para os HUs. As reformas, os equipamentos e a ampliação e serviços aconteceram graças ao esforço da nossa gestão, comprometida com o SUS público estatal”, Valéria Corrêa, ex-reitora da Universidade Federal do Alagoas.*

*“A infraestrutura do hospital continua caótica, as obras feitas foram maquiagem para esconder o sucateamento pelo qual passa o HUAP por décadas. Basta uma chuva e salas ficam alagadas e infiltram água que vazam para outros setores causando prejuízo. Há décadas que não conseguem resolver a infestação de pombos que colocam em risco a saúde dos trabalhadores e dos pacientes”. Isabel Firmino - Técnica de Enfermagem do HUAP/Universidade Federal Fluminense.*

*“Em 2014, foi imposta pela Reitoria a contratação por Ebserh na UFPR, com violência policial contra a comunidade e, em reunião secreta do Conselho Universitário. Desde então, apesar de ação jurídica impetrada pelas entidades com o intuito de decretar a nulidade da reunião do COUN, a democracia tem sido vilipendiada na UFPR”. Maria Suely Soares - Professora Titular aposentada do Departamento de Análises Clínicas da Universidade Federal do Paraná.*

# 13º Conad Extraordinário discute conjuntura e define realização do 40º Congresso do ANDES-SN



Realizado em fevereiro de 2020, o 39º Congresso foi o último evento deliberativo presencial do ANDES-SN

Entre 15 e 16 de outubro, 233 docentes, sendo 70 delegados e delegadas, 121 observadores e observadoras - representantes de 78 seções sindicais do ANDES-SN -, 11 convidados e convidadas e 31 diretores e diretoras do Sindicato Nacional se reuniram para o 13º Conad Extraordinário.

No primeiro dia, os e as participantes se concentraram em analisar e debater a conjuntura. Já no segundo, debateram a realização do 40º Congresso do ANDES-SN em 2022, no formato presencial, levando em conta o quadro da pandemia da Covid-19 e as condições de segurança sanitária.

## Conjuntura

Reforçar a unidade entre docentes e com demais categorias para barrar a reforma administrativa, os ataques à educação pública, à ciência e tecnologia e derrubar Jair Bolsonaro e sua política genocida foi o chamado presente em quase todas as falas da plenária de Conjuntura.

Para discutir a conjuntura mundial e nacional e os impactos para a classe trabalhadora brasileira, foram apresentados sete textos de apoio, de autoria da diretoria nacional e de docentes sindicalizadas e sindicalizados.

A crise mundial do Capital, aprofundada no Brasil pela política genocida, de extrema direita e ultraliberal do governo federal, foi apontada um dos motivos da

carestia, do aumento da inflação e dos preços de itens básicos de consumo, do aprofundamento da fome, da miséria e do desemprego que assolam brasileiros e brasileiras, em especial população negra e pobre.

A importância da unidade construída na Campanha Fora Bolsonaro e também no Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum das Centrais na luta contra a reforma Administrativa também foi destacada, assim como a pressão exercida junto a parlamentares pela Jornada de Lutas contra a PEC 32 em Brasília, organizada pelas entidades e com forte participação do ANDES-SN e das seções sindicais.

As e os participantes também ressaltaram a necessidade de intensificar a defesa da carreira docente, da autonomia universitária e a necessidade de ampliar a luta pela recomposição do orçamento da educação e da ciência e tecnologia. E, ainda, a importância de ampliar o debate na base da categoria docente sobre as condições necessárias para o retorno seguro às atividades presenciais, a possibilidade de uma greve sanitária caso as condições não sejam atendidas e ainda a realização de uma greve geral, caso a PEC 32 avance no Congresso Nacional.

Ao final da plenária do tema I, Zuleide Queiroz destacou a pressão

sobre a comunidade universitária para o retorno às aulas presenciais e os riscos sanitários de que isso ocorra sem as condições adequadas e sem recursos para garanti-las. Ela lembrou também que os cortes orçamentários na Educação impactam diretamente a parcela mais pobre dos e das estudantes e a condição de acesso e permanência, em especial de estudantes negras e negros, LGBTQs, quilombolas e indígenas.

“A nossa luta se pauta na defesa intransigente da educação pública gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e na defesa do SUS, que tem salvado as nossas vidas. As falas foram muito unânimes em dizer que precisamos sim derrubar o governo de Bolsonaro, Mourão e Paulo Guedes. E isso significa intensificar a luta que estamos travando nesses últimos meses pela derrubada da PEC 32. Continuaremos o plantão aqui em Brasília e nos estados”, afirmou a 2ª vice-presidenta do ANDES-SN, que presidiu a plenária.

## 40º Congresso

Instância máxima deliberativa do ANDES-SN, o último Congresso do Sindicato Nacional aconteceu em fevereiro de 2020, antes do início da pandemia. Desde então, foram realizadas reuniões extraordinárias conjuntas dos setores Instituições Federais de Ensino (Ifes) e das



Estaduais e Municipais de Ensino (lees/Imes) e Conads extraordinários, além de encontros dos Grupos de Trabalho, todos de forma remota, para manter as atividades da entidade, debater a conjuntura, políticas organizativa e financeira e atualização do plano de lutas.

A decisão para a realização do 40º Congresso do ANDES-SN presencial ocorreu durante o 12º Conad Extraordinário. Na ocasião, a maioria dos delegados e das delegadas votou ainda pela realização do 13º Conad Extraordinário para debater as condições necessárias para que o congresso aconteça presencialmente.

Os debates se centraram inicialmente na realização de um congresso ordinário, que contemplasse o debate eleitoral, ou dois congressos, um ordinário e outro extraordinário, este último específico para tratar das questões eleitorais. Após a apresentação de várias argumentações favoráveis a cada uma das propostas, venceu o entendimento de realizar apenas um congresso.

O 40º Congresso do ANDES-SN será presencial e deverá acontecer no final de março de 2022, na cidade de Porto Alegre (RS). O evento será sediado pela seção sindical do ANDES-SN na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), conforme deliberado no 39º Congresso, ocorrido em fevereiro de 2020 em São Paulo.

As delegadas e os delegados deliberaram ainda remeter a definição do plano sanitário e demais questões

específicas do 40º Congresso à comissão organizadora, que será formada por representantes da Seção Sindical e da Direção Nacional.

Deliberaram também que o Sindicato Nacional convide uma delegação de duas pessoas da Central de Trabalhadores de Cuba para participar do 40º Congresso do ANDES-SN, com a recomendação de que se contemple a paridade de gênero e seja composta por representantes do sindicato da educação. A delegação deverá cumprir o protocolo sanitário definido pela comissão organizadora e a vinda estará condicionada às situações impostas pela pandemia.

### Avaliação

Jeniffer Webb Santos, 3ª tesoureira do Sindicato Nacional, presidiu a plenária do Tema 2 e destacou o amplo debate ocorrido durante todo o sábado que garantiram as deliberações. "Foram deliberações importantíssimas para nossa categoria, inclusive garantindo a realização do congresso presencial, que irá fortalecer nossa luta no ano de 2022 e nos preparar para todos os enfrentamentos que teremos", afirmou.

### Encerramento

Concluídos os debates, foi aberta a plenária de Encerramento com a leitura e aprovação das dez moções apresentadas à plenária pela Diretoria Nacional e também por seções sindicais. Na sequência, Regina Ávila fez a leitura da carta do 13º Conad Extraordinário,

com título "Resistir e avançar é preciso". O documento destacou que o ânimo da retomada das lutas, em especial contra a PEC 32, permeou os debates do evento.

A presidenta do ANDES-SN, Rivânia Moura, fez o encerramento o 13º Conad Extraordinário. Em sua fala, destacou todo o empenho do ANDES-SN na luta contra as opressões, tanto na sociedade quanto nos espaços da entidade. "Nossa luta contra o machismo, o racismo, o capacitismo e a lgbtfobia não pode ser retórica, precisa ser prática. Não podemos admitir em nenhum lugar, em especial no nosso sindicato", afirmou.

A presidenta do ANDES-SN concluiu citando Cora Coralina. "Tempo virá. Uma vacina preventiva de erros e violência se fará. As prisões se transformarão em escolas e oficinas. E os homens imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro histórias absurdas de prisões, celas, altos muros de um tempo superado", declamou, encerrando os trabalhos do 13º Conad Extraordinário.

### Comissão de Assédio

A comissão de assédio composta na plenária de instalação recebeu denúncia de uma situação de assédio moral, que foi conduzida de forma propositiva, formativa e de construção de uma outra sociedade anti-machista e não misógina.

# Servidoras e servidores públicos mantêm mobilização permanente contra a PEC 32 até o recesso de fim de ano



Desde o dia 13 de setembro, servidoras e servidores públicos têm realizado diversas manifestações contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, da contrarreforma Administrativa, que destruirá os serviços públicos, caso seja aprovada. As atividades fazem parte da Jornada de Lutas contra a PEC 32, organizada na capital federal, pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), junto com o Fórum das Centrais. A proposta poderá ser discutida e votada a qualquer momento em plenário da Câmara dos Deputados.

Durante todo esse tempo, servidoras e servidores fizeram inúmeros atos no saguão de desembarque do Aeroporto Internacional de Brasília (DF), e de outras cidades; em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados, nos ministérios e Palácio do Planalto e marchas pela Esplanada do Ministério. As atividades foram marcadas por palavras de ordem, discursos de representantes das entidades do funcionalismo público e, em algumas ocasiões, performances para chamar a atenção da sociedade e pressionar as e os parlamentares a se posicionarem contra a PEC, que representa o desmonte dos serviços públicos e um profundo ataque aos direitos do funcionalismo público municipal, estadual e federal.

No aeroporto, por exemplo, passageiras e passageiros se deparam a cada semana com uma mobilização diferente. Já foram

espalhadas em malas abertas notas falsas de 200 reais, com a imagem de papelão em tamanho real do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), representando uma possível compra de votos para a aprovação da proposta do governo, como também foram entregues garrafas de suco de laranja aos parlamentares com seus rostos estampados no rótulo.

A tentativa do governo federal e do presidente da Câmara de negociar os votos que faltariam para aprovação da PEC 32, através de emendas parlamentares, também voltou a ser tema de um protesto em frente ao Anexo II da Câmara, no qual manifestantes entregaram aos

trabalhadores e trabalhadoras da casa legislativa cédulas falsas de dinheiro.

Paulo Guedes, ministro da Economia também foi alvo de uma ação das servidoras e dos servidores após o vazamento da informação de que possui uma empresa offshore ativa nas Ilhas Virgens Britânicas, um paraíso fiscal no Caribe, com US\$ 9,55 milhões de capital. No ato, milhares de cédulas de dólares falsas, com o rosto do ministro e machadas de sangue, foram distribuídas. Uma geladeira com apenas ossos e sangue também foi colocada em frente ao ministério para representar a fome que se alastra dia após dia no país. Segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança



Em uma das ações, foram impressas notas de dólar falsas com o rosto de Paulo Guedes e com manchas de tinta representando sangue





Outro alvo dos manifestantes foi o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), que tenta articular a aprovação da proposta

Alimentar e Nutricional, 19 milhões de brasileiras e brasileiros passaram fome e mais da metade dos domicílios no país enfrentou algum grau de insegurança alimentar nos últimos meses de 2020.

Já na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, as e os manifestantes colocaram máscaras com o rosto de Bolsonaro e imitaram gestos de armas com as mãos. No mesmo momento, várias pessoas deitaram no chão, cobertas com tinta vermelha, em alusão à morte. Ao final do ato, as máscaras foram queimadas. A performance lembrou os mais de 600 mil mortos pela Covid-19 no país e o descaso do governo com a pandemia.

Tamãha pressão das atividades resultou em uma reunião, no dia 20 de outubro, entre representantes do ANDES-SN e de outros sindicatos, centrais sindicais e do Fonasefe com a Liderança da Minoria e parlamentares. As deputadas e os deputados contrários à aprovação da contrarreforma Administrativa destacaram o papel central das mobilizações na capital federal e nos estados. Na avaliação da bancada, a mobilização das e dos servidores públicos tem mostrado aos parlamentares que a classe trabalhadora continuará e, por isso, é fundamental intensificar a mobilização permanente em Brasília, nos estados e municípios.

Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN, avaliou positivamente os quase dois meses de protestos em Brasília (DF) e diversas cidades do país. “O ANDES-SN, as entidades que organizam os atos e os parlamentares contrários à PEC 32 avaliam positivamente a Jornada de

Lutas. As mobilizações ajudam no debate com as e os parlamentares têm, de fato, pressionado e, conseqüentemente, feito com que o governo tenha muita dificuldade de colocar a proposta em votação por não ter certeza da sua aprovação”, disse.

Para a presidenta da entidade, é necessário intensificar a luta nas próximas semanas em Brasília e, para além das atividades no aeroporto e anexo, se inserirem em outras lutas, que também fazem parte do projeto governamental de destruição dos serviços públicos e ampliação do processo de privatização e terceirização.

Na última semana de outubro, as e os docentes da direção nacional do ANDES-SN e das seções sindicais participaram também do protesto em frente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, contra os cortes no orçamento da Ciência e Tecnologia e os atrasos no pagamento de bolsas de pesquisa, extensão e iniciação científica. “É nosso papel enquanto movimento e organização da classe trabalhadora - construída com a unidade das centrais sindicais, Fonasefe, sindicatos das e dos servidores – denunciar e pressionar diversas pautas e atos destrutivos desse governo”, afirmou.

### Mobilização permanente

Segundo Rivânia, o ANDES-SN vem desempenhando um importante papel na construção e efetivação das mobilizações contra a PEC 32. O sindicato convocou, por meio de circular, uma Comissão Nacional de Mobilização (CNM) para o período de 8 a 12 e 16 a 19 de novembro para fortalecer a Jornada de Lutas. Anteriormente, o

sindicato já havia conclamado as seções sindicais e a categoria a manter firme a mobilização até o recesso de fim de ano e ampliar a divulgação sobre os prejuízos da aprovação da PEC 32, com panfletagens, carros de som e a realização de audiências públicas, tanto na sociedade quanto nas mídias locais, regionais e nacionais; e também promover ações de mobilização em frente às residências das e os deputados nos estados e aumentar a veiculação de outdoors listando as e os parlamentares que são favoráveis a PEC 32.

“O ANDES-SN tem sido uma das entidades a manter o maior número de pessoas em Brasília ao longo dessas semanas, com a participação da diretoria, das seções sindicais, das nossas bases e, agora, com o comando nacional de mobilização”, contou.

“Não vamos recuar e, muito menos, esmorecer. Vamos continuar firmes na luta e fazendo esse processo de mobilização para que a gente possa manter em Brasília, nas próximas semanas, uma boa organização e um bom número de pessoa para fazer o enfrentamento necessário e derrotar a PEC 32”, concluiu.

### Votos necessários

Para aprovar a PEC 32 são necessários votos de, pelo menos, 3/5 dos deputados e das deputadas, ou seja, 308 votos a favor, nos dois turnos da votação. Já no Senado, são necessários 49 votos, também em dois turnos. Caso o texto enviado ao Senado seja alterado, a PEC volta para ser apreciada novamente na Câmara dos Deputados.

# MPF acusa 8 militares e um médico por crimes cometidos pela ditadura no Araguaia

Denúncias foram entregues ao Judiciário depois de 9 anos de investigação por ordem da Corte Interamericana de Direitos Humanos



Foto: Reprodução/Facebook do senador Chico Rodrigues

Acusado pelo MPF por 14 homicídios durante a Guerrilha do Araguaia, Major Curió se reuniu em maio de 2020 com o presidente Jair Bolsonaro

POR VASCONCELO QUADROS/ AGÊNCIA PÚBLICA

Em dez denúncias encaminhadas ao Judiciário cumprindo parte da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) contra o Estado brasileiro, o Ministério Público Federal resgatou a pauta mais incômoda para as Forças Armadas e o governo do presidente Jair Bolsonaro: a acusação de que, longe da versão de uma guerra na selva difundida pelos militares, o que ocorreu na Amazônia entre outubro de 1973 e final de 1974, na operação conhecida como Marajoara, foram assassinatos a sangue frio, com a ocultação e destruição planejadas dos corpos de oponentes. Oito oficiais e um médico foram identificados e responsabilizados pela execução e ocultação dos corpos de 17 guerrilheiros do PCdoB. As investigações também confirmam que, entre os 68 desaparecidos, 41 foram executados, 32 deles depois de passarem por prisões nas bases militares no circuito da guerrilha.

As conclusões da Força Tarefa Araguaia (FTA) chega em mau momento para o presidente Jair Bolsonaro – conhecido por exaltar torturadores e a ditadura militar-

que tenta emplacar um juiz na Corte IDH, o advogado Rodrigo Mudrovitsch. Além de jamais ter atuado na área de Direitos Humanos, o advogado defende os ruralistas no processo do Marco Temporal. As eleições estão previstas para acontecer virtualmente entre 10 e 12 de novembro durante a 51ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), na Guatemala.

Foram nove anos de investigação, a maior sobre os anos de chumbo, aberta em 2012 para atender à decisão da Corte IDH, que sentenciou o governo brasileiro a investigar a repressão à guerrilha da Araguaia, responsabilizar os envolvidos e dar uma satisfação às famílias sobre o destino dos desaparecidos políticos. O processo internacional é respaldado pela Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. Com o tempo de funcionamento já exaurido, caso não seja renovado, a Força Tarefa Araguaia (FTA) encerrará oficialmente os trabalhos esclarecendo menos de um terço dos 62 assassinatos listados na sentença da corte internacional. Pesquisas independentes elevaram esse número para 68.

A responsabilização criminal dos militares acusados pelo MPF esbarra na resistência da segunda instância da Justiça Federal, especialmente no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, o TRF-1, jurisdição do Pará, que tem suspenso ações penais com base na Lei da Anistia de 1979. Em grau de recursos, os casos devem ser discutidos ainda no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF), que também são refratários a mudanças na Anistia.

## Os militares acusados

Na lista do MPF, o mais destacado entre os militares que participaram da repressão à guerrilha é o coronel da reserva Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o famoso “Major Curió”, denunciado em sete casos e acusado pelo MPF por 14 homicídios. Depois do conflito, o militar permaneceu por quatro décadas com o controle da região, onde administrou o garimpo de Serra Pelada, fundou uma cidade com seu nome, Curionópolis, da qual foi duas vezes prefeito, se elegeu deputado federal e geriu com mãos

de ferro a transformação da área da guerrilha numa das maiores províncias minerais do mundo.

Em seguida, vem o coronel Lício Ribeiro Maciel, alvo de três denúncias do MPF e acusado por cinco mortes. Outros quatro oficiais com forte atuação na repressão também foram acusados: José Brant Teixeira, que usava o codinome de “Dr. Cesar”, José Conegundes do Nascimento, “Dr. Cid”, Celso Seixas Marques Ferreira, o “Dr. Brito”, e João Lucena Leal, o “Dr. João”. Curió era o “Dr. Luchini”, e Lício, o “Dr. Asdrubal”. O uso de codinomes era facilitado por documentos falsos, cedidos pelo próprio governo militar, com os quais os oficiais ligados ao então temido Centro de Informações do Exército (CIE), circulavam na Amazônia como se fossem servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O coronel aviador Pedro Cabral, o ex-sargento João Santa Cruz do Nascimento e o médico Manoel Fabiano Cardoso da Costa, este acusado de falsificar um atestado de óbito, completam o grupo de denunciados pelo MPF.

O chefe da FTA, procurador Tiago Modesto Rabelo, disse à Agência Pública que as denúncias representam o que foi possível esclarecer. Nos demais casos, incluindo o do estudante de arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Guilherme Lund, cuja mãe, Julia Gomes Lund, já falecida, encabeça a ação, não foi possível encontrar provas para responsabilizar os matadores. O MPF acha possível, no entanto, que o caso possa ser encerrado com mais uma ou duas denúncias, relacionadas no máximo a um total de 20 desaparecidos, se a autorização de funcionamento da FTA, que cuida especificamente dos crimes e está com prazo já exaurido, for renovada. Em relação aos demais desaparecidos, os casos devem ser arquivados como insolúveis perante a Corte Internacional.

Mas há uma outra sentença, esta proferida pela juíza federal Solange Salgado, determinando que se abra investigação sempre que surgir um fato novo, além de exigir que o governo brasileiro entregue os corpos. O MPF tem também uma frente cível, que cuida tanto da localização dos desaparecidos quanto da reparação dos traumas gerados em famílias que foram separadas pelo conflito.

## A matança

Segundo o MPF, os 17 guerrilheiros foram aprisionados em emboscadas, levados para as bases militares e, esgotados os interrogatórios, um a um ou em grupos transportados de helicóptero até os pontos de execução. Ao reconstituir o episódio, o MPF rompeu a lei de silêncio imposta aos órgãos estatais pela Anistia e, passou a acusar os militares como por um elenco de crimes: sequestros, torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres. Duas das dez denúncias foram aceitas pela Justiça Federal, tornando Curió e Lício réus, mas acabaram suspensas pelo Tribunal Regional Federal da Região (TRF-1) sob a alegação de que esbarram na Lei da Anistia recepcionada pela Constituição.

A reconstrução dos episódios foi feita por um grupo de procuradores, com de sete a onze integrantes, que ouviu dezenas de testemunhas oculares, militares que participaram da repressão, camponeses coagidos a se tornarem guias do Exército, além de esmiuçar a vasta bibliografia já produzida sobre o conflito.

Uma das mais contundentes confissões feitas durante as investigações foi justamente de Curió. Num depoimento

surpreendente à juíza federal Solange Salgado no dia 14 de outubro de 2015, em Brasília, ele sustentou que são verdadeiras as informações publicadas no livro *Mata! O major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*, do jornalista Leonencio Nossa, apontando as execuções. “O próprio denunciado Sebastião Curió (...) declarou que autorizou a publicação do livro, tem conhecimento de seu conteúdo e o reconhece como verdadeiro”, anotaram os procuradores da República nas denúncias. Eles fizeram questão de destacar que Curió também “elaborou documentos acerca da ação das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia e, em 20 de junho de 2009, revelou parte de seus arquivos ao jornal “Estado de São Paulo”, tendo afirmado, segundo a reportagem, que o Exército executou militantes. Dos 68 integrantes do movimento de resistência mortos durante o conflito com militares, 41 foram presos, amarrados e executados, quando não ofereciam risco às tropas”, escrevem na denúncia. Curió abriu seu baú para o jornalista e, em entrevistas, narrou os principais episódios do conflito, revelando inclusive execuções das quais participou.



Entre 2011 e 2012, o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) buscou restos mortais de desaparecidos da Guerrilha

A última aparição pública de Curió foi um encontro com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Planalto, em maio de 2020. As imagens mostram o militar numa cadeira de rodas, magro, mas com semblante aparentemente saudável, embora tenha alegado estar doente ao se recusar alguns dias antes a receber um oficial de justiça que tentava citá-lo num dos processos. O militar apresentou um atestado médico afirmando que padecia de várias enfermidades, entre elas insuficiência renal crônica, mal de Parkinson e senilidade, o que o impediria de responder por seus atos. O MPF decidiu, então, ingressar na Justiça com um recurso chamado incidente de insanidade para aferir se o militar tem ou não capacidade mental para responder pelos crimes. Se for aceito pelo Tribunal Regional Federal (TRF-1) sediado em Brasília, uma junta psiquiátrica forense fará o exame de sanidade e encaminha o laudo à justiça. Caso as ações penais resultem em sentença, Curió seria internado compulsivamente num manicômio judiciário ou outro estabelecimento em que se mantenha recluso, que pode ser a própria residência. O advogado do militar, Adelino Tucunduva, disse que Curió, que mora em Brasília, não dará mais entrevistas sobre o caso Araguaia.

A alegação de doenças e de lapsos de memória se tornou recorrente entre os oficiais denunciados. Lício e Brant também apresentaram atestados ao perceberem os riscos de o Judiciário aceitar a tese do MPF e da Corte IDH, para as quais os crimes praticados são imprescritíveis em função do sumiço dos corpos.

Um precedente ruim para os militares foi aberto em julho deste ano, quando a 9ª Vara Federal Criminal de São Paulo, acatando denúncia do MPF, em decisão inédita, condenou a dois anos e onze meses de prisão o delegado aposentado Carlos Alberto Augusto, ex-agente do Dops paulista, conhecido por Carteira Preta e Carlinhos Metralha, pelo sequestro do ex-fuzileiro naval Edgar de Aquino Duarte, desaparecido em 1971.

No caso do Araguaia, o MPF identificou com precisão os militares envolvidos em crimes, as circunstâncias e os locais em que se deram cada assassinato. A riqueza de detalhes em cada uma das denúncias formuladas tem a força de documento consistente

para cobrar o destino dos corpos. Embora as Forças Armadas até hoje neguem a existência de arquivos, informes e relatórios das ações, produzidos pelos próprios militares, apontam nomes, datas e locais onde os corpos foram deixados no calor das execuções ou combates. Menos de um ano após o encerramento do conflito, em 1975, os mesmos militares comandados por Curió teriam resgatado e destruído os restos mortais de todos os militantes do PCdoB para tentar apagar os vestígios da guerrilha.

Mas o episódio continua vivo na memória de familiares de cerca de 200 camponeses presos e torturados na mesma operação que exterminou os militantes do PCdoB. Até o movimento rebelde ser abortado, em abril de 1972, os militantes do PCdoB estabeleceram uma convivência de pelo menos seis anos com os camponeses, sem que a imensa maioria destes soubesse dos preparativos para a guerrilha.

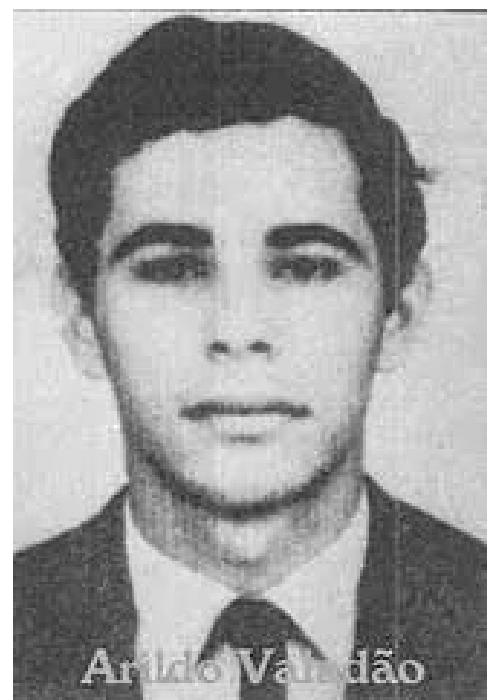
### Crueldade generalizada

Última das operações, a Marajoara foi marcada por crueldade generalizada. Famílias inteiras que recebiam assistência de saúde e educação, além de orientação agrícola dos militantes do PCdoB foram presas, acusadas de apoiar a guerrilha. O MPF reproduziu relatório em que os militares ressaltam os primeiros resultados da Marajoara: “o inimigo foi surpreendido com a rapidez e com a forma como foi executado o desembarque e infiltração das patrulhas na mata. Em três dias 70% da rede de apoio estava neutralizada. No fim de uma semana o inimigo sofria as primeiras quatro baixas, e já havia perdido três depósitos na área da Transamazônica. O emprego de Helicópteros e Aviões de Ligação deu grande mobilidade à tropa e proporcionou rapidez na ação”, escrevem os agentes.

Omitem, é claro, que duas centenas de famílias de camponeses foram presas, torturadas e trancafiadas em buracos abertos nas bases militares. Cerca de dez agricultores foram mortos, outros desapareceram e dezenas deles, coagidos e sob ameaça de execução, foram obrigados a virar guias do Exército e participar dos assassinatos.

“O modus operandi adotado pelos agentes da repressão estatal no Araguaia (...) incluía a posterior ocultação dos vestígios dos crimes

cometidos. Neste contexto, após as execuções, os corpos eram identificados e sepultados em determinados locais, de modo precário e às escondidas, ou abandonados na mata, dificultando a localização das ossadas, sem qualquer divulgação do fato ou comunicação aos familiares”, escrevem os procuradores nas denúncias. Eles concluem: “de fato, a ocultação dos cadáveres das vítimas foi cumprida à risca pelas Forças Armadas, tanto que, até os dias atuais, apesar dos esforços empreendidos, ainda não foi possível localizar os restos mortais dos militantes”.



*Os restos mortais de Arildo Airton Valadão ainda não foram encontrados*

### Memórias da Ditadura

Uma das denúncias, de 2019, joga luzes sobre o papel do coronel José Brant Teixeira, o “Doutor César”, apontado pelos camponeses como torturador e mandante de um crime marcado pela barbárie: a decapitação do estudante de física Arildo Airton Valadão, emboscado num local conhecido como Grota do Pau Preto, em São Geraldo do Araguaia, no dia 24 de novembro de 1973. Ari, como era conhecido, levou um tiro no peito e teve a cabeça cortada ainda em vida, conforme relato de um dos três guias que, coagidos por Brant, executaram o crime e depois andaram quatro dias pela mata para entregar a cabeça do guerrilheiro. “O corpo de Arildo Valadão foi abandonado na mata e a cabeça da vítima foi decepada e entregue ao

mandante, José Brant Teixeira, então comandante da base militar instalada no Município de Xambioá/TO”, escrevem os procuradores na denúncia.

Lotado à época no gabinete do então ministro do Exército, Orlando Geisel, o militar que deu a ordem de extermínio, Brant era um dos elos entre o CIE, a cúpula das Forças Armadas e o gabinete do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici, que deu a ordem de extermínio. Brant esteve várias vezes na região, a última em julho de 1974, quando teria feito questão de acompanhar de perto a execução da geóloga Dinalva Conceição Teixeira, a Dina, guerrilheira que virou uma lenda na região, presa duas semanas antes numa emboscada organizada por Curió. “Estou em Brasília. Guarde que essa é minha”, teria dito Brant por telefone ao saber da prisão, segundo conta o jornalista Leonencio Nossa na biografia sobre Curió.

As denúncias do MPF reconstituem os episódios mais fortes do conflito no Araguaia. A última delas, de agosto, trata de um camponês que aderiu à guerrilha e era conhecido como Pedro Carretel. Seu nome verdadeiro, segundo o MPF, é Pedro Pereira de Souza, integrante de um dos três destacamentos organizados pelo PCdoB, o A. Segundo o MPF, Pedro Carretel (apelido que herdara de um tio, Manoel Carretel) já tinha atuação política junto aos camponeses antes da chegada do PCdoB à região. Havia sido preso meses antes da execução e ficara sob custódia num centro de tortura conhecida como Casa Azul, endereço do antigo DNER, hoje sede regional do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Denit), em Marabá. “Era profundo conhecedor da região. Foi perseguido pelo Exército e teve sua casa queimada”, registra a denúncia.

O assassinato de Pedro Carretel, no dia 15 de fevereiro de 1974, seis meses depois da prisão, em Brejo Grande do Araguaia, na Fazenda Matrinchã, cujo nome atual é Fazenda Rainha do Araguaia, foi esclarecido em por Curió em declarações para seu biógrafo, cujo teor o MPF considera uma confissão por ele ter confirmado à justiça. Ele ainda relacionou na mesma execução outras três vítimas: o estudante de bioquímica Antônio Teodoro de Castro, o Raul, o estudante de economia Cilon Cunha Brum, o

Simão, e o estudante secundarista Custódio Saraiva, o Lauro. Os quatro foram levados para os fundos da posse de um morador conhecido como Manezinho das Duas. Com os pulsos amarrados para trás, obrigados a sentar em fila, foram executados sem chance de defesa. Curió sustenta que o tiroteio foi precipitado pelo barulho de outra patrulha militar próxima ao local escolhido para a matança. “Naquele momento atingi Raul no peito. Lembro que Carretel recebeu tiros no lado esquerdo da barriga. Não gritaram porque não perceberam o momento em que erguemos as armas”, detalhou Curió, acusado de planejar, executar e ocultar o corpo de Carretel.

No mesmo dia, para garantir que os corpos não fossem retirados, o próprio Curió foi às casas de vários moradores para determinar que caçadas próximas à Fazenda Matrinchã estavam proibidas nos três meses seguintes a chacina. Nesse caso Curió foi denunciado por homicídio e ocultação de cadáver.

Em outras seis denúncias, Curió é acusado também pelas mortes de outros 13 guerrilheiros, em cuja lista estão Raul e Simão, mortos junto com Pedro Carretel. Seu nome está ligado aos episódios mais marcantes do conflito, como a execução de Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, ex-tenente do Exército e engenheiro de mina, primeiro militante que chegou à área e o mais temido pelos militares; e, da estudante de medicina (RJ) Lucia Maria de Souza, a Sônia que, mesmo emboscada e cercada por uma patrulha, reagiu, ferindo gravemente o coronel Lício Maciel e o próprio Curió. Na lista de crimes atribuídos pelo MPF a Curió estão ainda as execuções do estudante de química Hélio Luiz Navarro Magalhães, o Edinho; a estudante de ciências sociais Maria Célia Corrêa, a Rosa; o metalúrgico Daniel Ribeiro Callado, o Doca; o estudante de astronomia (UFRJ) Antônio de Pádua Costa, o Piauí; a estudante de geografia Telma Regina Cordeiro Corrêa; o secundarista André Grabois, filho do comandante da guerrilha, Maurício Grabois, também desaparecido; o contador João Gualberto Calatrone, o Zebão; o camponês Antônio Alfredo de Lima; e, a geógrafa Dinaelza Soares Santana Coqueiro, a Maria Diná.

O coronel Lício Maciel é acusado de participar dos assassinatos do militante do PCdoB Divino Ferreira de Souza, o Nunes, André Grabois, João Gualberto Calatrone, Antonio Alfredo de Lima e Lúcia Maria de Souza, pelos quais Curió e outro militar de peso, o coronel José Conegundes do Nascimento também são responsabilizados.

A Guerrilha do Araguaia é um capítulo à parte na história dos anos de chumbo. Organizada logo em seguida ao golpe de 1964, eclodiu em 12 de abril de 1972 com o ataque militar, foi o mais forte movimento da esquerda armada de resistência à ditadura, exigindo o envolvimento das três forças militares e o emprego de algo em torno de 5 mil homens. Os militares sabiam com clareza que naquela região inóspita estavam os quadros mais capacitados da esquerda e temiam que, se não fosse abortado, o movimento conseguisse em algum momento reunir força popular para mais à frente ameaçar a sobrevivência do regime ou, no mínimo, criar uma zona liberada em boa parte da Amazônia. A espinha dorsal da guerrilha, distribuídas em três destacamentos, instalados numa área com 6.500 quilômetros quadrados entre o Pará e Tocantins (mais de quatro vezes o tamanho da cidade de São Paulo) era formada por quadros orgânicos de peso do PCdoB, entre 18 e 20 homens, que receberam treinamento militar na China, daí a razão do foco ser considerado de viés maoísta.

A envergadura do movimento, que sobrevivera a três campanhas, explica a ordem de Orlando Geisel para que nenhum guerrilheiro saísse vivo da área quando, em outubro de 1973, foi deflagrada a Operação Marajoara, usando as forças especiais do Exército bem armadas contra guerrilheiros já em precárias condições de sobrevivência. Hoje octogenários, com as denúncias do MPF, esses militares são acusados de serem autores de crimes e testemunhas oculares de uma história de horror sobre a qual as Forças Armadas tentam colocar uma pedra em cima.

Fonte: Agência Pública – <https://apublica.org>